

**MESA DA ASSEMBLEIA**

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

**SUMÁRIO**

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

 **ATAS****ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/6/2018**

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire e João Leite (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* da Sra. Ângela Carvalho de Jesus, moradora da Bahia, solicitando informações sobre a pauta da jornada de trabalho e do piso salarial dos técnicos de enfermagem e enfermeiros e sua abrangência a todas as regiões do país. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios (35) dos Srs. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (26 e 27/4/2018); e Georgenor Cavalcante Pinto, assessor especial do Ministro da Saúde para Assuntos Parlamentares (12/5/2018). E comunica ainda que, doravante, as reuniões ordinárias da comissão serão realizadas às quartas-feiras, às 10 horas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 895/2015 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relator: deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Registra-se a presença do deputado Doutor Wilson Batista. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.847/2017 com a Emenda nº 1, votada em separado (relator: deputado Doutor Wilson Batista), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.653, 10.671, 10.687 e 10.873/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.885/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 1.549/2003, do deputado Celso Russomanno, que disciplina o exercício profissional da acupuntura e dá outras providências;

nº 11.924/2018, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater a situação da nefrologia em Minas Gerais;

nº 11.978/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde, ao Ministério da Saúde e ao deputado Federal Marcus Pestana pedido de providências para que sejam adotadas, de imediato, as iniciativas necessárias ao enfrentamento e controle do surto de meningite que assola a cidade de Riachinho;

nº 12.006/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Mineira de Medicina do Trabalho – Amint – pela comemoração do seu jubileu de ouro;

nº 12.115/2018, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater os 30 anos da criação do SUS;

nº 12.118/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ofício aos partidos políticos com candidatos ao governo do Estado nas eleições de 2018 solicitando que seja incluído em seus programas de governo o compromisso de construção de um hospital para tratamento do câncer no Município de Capelinha, para atender aos municípios da Região Ampliada de Saúde Jequitinhonha;

nº 12.119/2018, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Saúde e de Planejamento e Gestão pedido de providências com vistas ao pagamento dos recursos relativos ao 2º quadrimestre de 2017 devidos ao Centro Estadual de Assistência Especializada de Muriaé;

nº 12.120/2018, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago e Dilzon Melo, em que requerem sejam encaminhadas ao governador do Estado as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária, que debateu a dívida do Estado com as santas casas e hospitais filantrópicos;

nº 12.121/2018, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a falta de medicamentos e fitas para medição de glicose no Município de Alto Caparaó e sobre a previsão para a regularização do seu abastecimento;

nº 12.122/2018, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago e Dilzon Melo, em que requerem sejam encaminhadas ao ministro da Saúde as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária, que debateu a dívida do Estado com as santas casas e hospitais filantrópicos;

nº 12.123/2018, do deputado Doutor Wilson Batista, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a falta de medicamentos no Município de Montes Claros e sobre a previsão para a regularização do seu abastecimento;

nº 12.124/2018, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago e Dilzon Melo, em que requerem sejam encaminhadas ao secretário de Estado de Fazenda as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária, que debateu a dívida do Estado com as santas casas e hospitais filantrópicos;

nº 12.125/2018, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago e Dilzon Melo, em que requerem sejam encaminhadas ao presidente da República as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária, que debateu a dívida do Estado com as santas casas e hospitais filantrópicos;

nº 12.126/2018, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que se proceda à liberação do valor de R\$100.000,00, referente à Resolução nº 6.013, bem como à

liberação de um veículo de aquisição direta para o Município de Capelinha, proveniente de emenda de autoria do deputado Arlen Santiago;

nº 12.127/2018, do deputado Bonifácio Mourão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre ações concretas da prevenção à dengue, à febre chikungunya e à zika, volume de investimentos, metas e resultados;

nº 12.128/2018, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao governadoria do Estado pedido de providências para que se proceda à liberação do valor de R\$100.000,00, referente à Resolução nº 6.013, bem como à liberação de um veículo de aquisição direta para o Município de Capelinha, proveniente de emenda de autoria do deputado Arlen Santiago;

nº 12.129/2018, dos deputados Antônio Jorge e Arlen Santiago, em que requerem seja realizada visita à presidência da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, com a presença de representantes da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg – para avaliar a situação da Maternidade Odete Valadares, dos servidores ativos da Fhemig e dos aposentados;

nº 12.130/2018, do deputado Bonifácio Mourão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para redução imediata do ICMS incidente sobre óleo diesel para os caminhoneiros individuais e empresas transportadoras de suprimentos hospitalares;

nº 12.131/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências com vistas a estudar a viabilidade de construção de um hospital para o tratamento do câncer no Município de Capelinha, para atender aos municípios da Região Ampliada de Saúde Jequitinhonha, com o envio de equipe técnica ao local para analisar a situação da região, a fim de embasar esse estudo;

nº 12.132/2018, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao presidente da Assembleia pedido de providências para que seja colocado na pauta de votação o Projeto de Lei nº 4.421/2017, de autoria dessa comissão, que dispõe sobre despesas com ações e serviços de saúde;

nº 12.134/2018, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada visita à juíza titular da 6ª Vara Federal da Advocacia-Geral Pública, Sra. Sônia Diniz, em Belo Horizonte, para sensibilizá-la sobre a situação da saúde no Estado, manifestada em ação civil pública impetrada pela Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais – Federassantas – em 23/11/2017;

nº 12.135/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer sejam encaminhadas ao procurador-geral de justiça do Estado as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária, que debateu a dívida do Estado com as santas casas e hospitais filantrópicos;

nº 12.137/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Cláudia Borém Pimenta de Figueiredo, com os Srs. Eduardo de Moraes e Farley Carneiro e com os demais diretores e conselheiros eleitos para a nova diretoria da Unimed Norte de Minas, para o período de 2018 a 2021;

nº 12.141/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre as possíveis medidas a serem tomadas para assegurar o cumprimento do art. 14 da Lei Complementar nº 141, de 2012, de forma a garantir que o secretário de Saúde seja o responsável pela gestão dos recursos financeiros da área, e não o secretário de Fazenda, como acontece hoje no Estado;

nº 12.142/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os motivos de essa secretaria manter 25 ambulâncias do SAMU paradas e inutilizadas no galpão localizado no Bairro Padre Eustáquio, na região Noroeste de Belo Horizonte, conforme divulgado pelo jornal *O Tempo*, em 15/5/2018;

nº 12.143/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para agilizar o repasse aos consórcios Cisrun, Cisorje e Cirsru das ambulâncias do Samu doadas ao Estado pelo Ministério da Saúde, haja vista que essas ambulâncias estão paradas em galpão no Bairro Padre Eustáquio, segundo notícia divulgada pelo jornal *O Tempo* em 15/5/2018;

nº 12.144/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências, acompanhado do Ofício nº 746/2018, recebido do Ministério da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 9.443/2017, para que envie ao referido ministério informações detalhadas sobre o histórico mensal da dispensação de órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção, número da demanda reprimida, quantidade, valor correspondente, valores atuais repassados pela secretaria e o diagnóstico situacional das pessoas com deficiência no Estado, por região de saúde, a fim de subsidiar a análise da viabilidade técnica para a recomposição dos preços desses itens e do impacto financeiro correspondente ao aumento do teto.

Foi ratificado pela comissão o Requerimento nº 512/2015.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 11.940/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a instalação de uma superintendência regional de saúde no Município de Frutal;

nº 11.969/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação de caos financeiro em que se encontra a Santa Casa de Misericórdia de Ouro Fino, em consequência da ausência de repasses de recursos ao hospital por parte do governo do Estado já há quase dois anos;

nº 12.133/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a regulamentação da Lei nº 22.440/2016, de autoria do deputado Antônio Jorge;

nº 12.136/2018, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que efetue o pagamento da quarta parcela do Convênio nº 2.158/2013 – EM/SES/SUS/MG-FES – no valor de R\$176.524,38;

nº 12.138/2018, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao deputado federal Leonardo Quintão e ao senador Antônio Anastasia pedido de providências com vistas a agendar visita ao presidente Michel Temer para a entrega de pedido de intervenção federal em Minas Gerais pela não aplicação do mínimo constitucional de recursos em ações e serviços públicos de saúde, bem como para debater a aplicação do novo empréstimo do BNDES/CEF a juros de 2% a 5% e carência;

nº 12.145/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a instalação de um hospital regional do câncer em Poços de Caldas.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao procurador-geral do Ministério Público do Estado, realizada em 10/4/2018, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2018.

Carlos Pimenta, presidente – Bonifácio Mourão – Doutor Wilson Batista – Dirceu Ribeiro.

**RELATÓRIO DE VISITA****Comissão de Saúde****Local visitado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG****Apresentação**

Atendendo ao Requerimento nº 11.256/2018, de autoria do deputado Carlos Pimenta, a Comissão de Saúde visitou, em 10/4/2018, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, em Belo Horizonte, com a finalidade de debater com o procurador-geral a questão dos repasses financeiros da área da saúde aos municípios mineiros, bem como as atuais dificuldades por que passa o Ipsemg.

Participaram da visita os deputados Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, e os deputados Ricardo Faria e Gustavo Valadares, além da prefeita de Bocaiuva, Marisa Alves. Eles foram recebidos pelo presidente do MPMG, Antônio Sérgio Tonet.

**Relato**

De acordo com o relato do deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, os assuntos abordados durante a visita foram os seguintes:

busca de soluções para colocar fim à dívida do Estado com os municípios mineiros na área da saúde, que já soma R\$ 3,7 bilhões, segundo dados da Associação Mineira de Municípios – AMM;

criação de coordenadorias regionais de saúde no Estado, em Montes Claros (região Norte) e Governador Valadares (Vales do Jequitinhonha e do Mucuri), o que, na prática, vai permitir que promotores atuem com foco nas demandas específicas dos municípios na área;

tentativa de encontrar uma solução para a situação da saúde pública, por meio do fornecimento de informações ao Ministério Público sobre a dívida do Estado com os municípios. Conforme lembrou o deputado, em visita realizada ao Tribunal de Contas em março deste ano, a comissão ressaltou que, além dos quase R\$4 bilhões em repasses atrasados até dezembro de 2017, o governo não vai executar nem 50% do orçamento da saúde em 2018;

proposição de realização de uma grande audiência pública com a presença do MPMG, do Tribunal de Contas do Estado, da Assembleia e do governo de Minas, e de discussão do problema por meio de debates nas diversas microrregiões de saúde do Estado;

sugestão de que o MPMG esteja presente em todas as audiências da Comissão de Saúde, pois o acompanhamento direto e próximo das denúncias apresentadas pelos deputados e prefeitos pode facilitar o acesso às informações necessárias para que as devidas providências sejam tomadas pelos promotores o mais rápido possível.

**Conclusão**

Os parlamentares apresentaram a preocupação dos membros da Comissão de Saúde em relação aos atrasos nos repasses financeiros do governo estadual aos municípios na área da saúde, às atuais dificuldades do Ipsemg e ao excesso de despesas inscritas em “restos a pagar” por parte do Executivo estadual. Além disso, pontuaram também a situação dos municípios, que se encontram atualmente sobrecarregados com as despesas em saúde que ultrapassam os limites constitucionais.

Segundo o presidente da Comissão de Saúde, deputado Carlos Pimenta, o procurador-geral de Justiça ficou sensibilizado com o problema vivido no Estado e vai se reunir com o secretário de Estado de Fazenda para discutir a questão.

A visita, portanto, foi profícua e abriu caminho para uma colaboração mais efetiva entre os deputados da Comissão de Saúde e o MPMG.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2018.

Ricardo Faria, relator.

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/6/2018**

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes, Isauro Calais e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.807/2016, no 1º turno (Antonio Carlos Arantes), e 4.970/2018, em turno único (Fabiano Tolentino). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.495, 4.795, 4.805, 4.812, 4.849, 4.850 e 4.852/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.032/2018, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a alíquota de ICMS que é cobrada sobre o litro de álcool e gasolina no Estado, segundo ente da Federação com a maior alíquota sobre o combustível, atrás apenas do Acre.

nº 12.090/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para discutir os avanços e a forma de regulamentação no Estado do Projeto de Lei da Câmara nº 16/2018, que altera a Lei da Inspeção Industrial e Sanitária para disciplinar a fiscalização da produção alimentícia artesanal e autorizar a comercialização interestadual, transferindo a regulamentação para os estados e criando o selo Arte, que facilita o comércio de produtos artesanais;

nº 12.249/2018, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Isauro Calais e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada reunião com convidados para debater a importância da realização das ações sociais promovidas pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg –, incentivando a cultura do cooperativismo;

nº 12.250/2018, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Isauro Calais e Roberto Andrade, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Sindicato e a Organização das Cooperativas do Estado – Ocemg – pelo sucesso do Dia de Cooperar, pioneiramente criado em 2009, em Minas Gerais, e hoje de âmbito nacional, e pela sua 10ª edição, a se realizar em 1º/7/2018;

nº 12.251/2018, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Isauro Calais, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a criação de dois parques estaduais, o primeiro na região da Serra da Canastra, envolvendo os Municípios de São Roque de Minas, Sacramento, Medeiros e Itabira, e o segundo na região da Serra da Mantiqueira, envolvendo os Municípios de Lima Duarte, Olaria, Rio Preto e Santa Barbara do Monte Verde.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2018.

Antonio Carlos Arantes, presidente – Fabiano Tolentino – Isauro Calais.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/6/2018**

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados João Leite, Roberto Andrade e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Dirceu

Ribeiro. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente suspende a reunião. Às 10h41min a presidência reabre a reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.259/2018, do deputado Dirceu Ribeiro, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Ubá, para debater o transporte de cargas e de passageiros na região e seus impactos sobre o polo moveleiro do município;

nº 12.260/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater temas afetos a esta comissão na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 12.261/2018, da deputada Marília Campos e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja realizada visita à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – para verificar a possibilidade de realização de audiências públicas desse órgão em Minas Gerais, visando garantir recursos e novos investimentos no Estado, tendo em vista o processo de renovação antecipada das concessões ferroviárias em curso;

nº 12.262/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e ao Ministério dos Transportes pedido de providências para que sejam garantidas condições técnicas e recursos necessários para a ampliação dos horários do trem de passageiros que liga Belo Horizonte a Vitória;

nº 12.263/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e ao Ministério dos Transportes pedido de providências para que sejam garantidos recursos para a otimização do modal ferroviário e a implantação de um terminal de cargas e contêineres na região do Vale do Aço;

nº 12.264/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada visita da comissão ao trecho mineiro do trem de passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas;

nº 12.265/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o transporte ferroviário de cargas e de passageiros no Vale do Aço.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2018.

João Leite, presidente – Marília Campos – Sargento Rodrigues.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,  
EM 26/6/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

**2ª Fase****(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968, 5.960, de 1º de agosto de 1972, 6.763, de 26 de dezembro de 1975, 11.363, de 29 de dezembro de 1993, 14.699, de 6 de agosto de 2003, 14.937, de 23 de dezembro de 2003, 14.940, de 29 de dezembro de 2003, 14.941, de 29 de dezembro de 2003, 15.424, de 30 de dezembro de 2004, 15.464, de 13 de janeiro de 2005, 19.976, de 27 de dezembro de 2011, 20.922, de 16 de outubro de 2013, 21.735, de 3 de agosto de 2015, 21.972, de 21 de janeiro de 2016, 22.257, de 27 de julho de 2016, 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017; e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos sites governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.



Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

### 3ª Fase

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/6/2018**

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.065/2018, da Comissão de Direitos Humanos; 11.072 e 11.076/2018, do deputado Sargento Rodrigues; e 11.078/2018, do deputado Emidinho Madeira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### 3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a intimação recebida pelas jornalistas Angélica Diniz e Ludmila Pizarro, do jornal *O Tempo*, para comparecerem à Delegacia de Crimes Cibernéticos da Polícia Civil de Minas Gerais.

Recebimento e votação de requerimentos.

## **ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/6/2018**

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.926, 4.927 e 5.078/2018, do governador do Estado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/6/2018**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/6/2018**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 4.269/2017, do deputado Gustavo Santana, e 4.941/2018, do deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 4.145/2017, do deputado Dirceu Ribeiro, 4.381/2017, do deputado Gil Pereira, 4.822/2017, do deputado Roberto Andrade, e 5.112/2018, do deputado Inácio Franco.

Requerimentos n°s 10.991/2018, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, 11.057, 11.146, 11.147, 11.154 e 11.155/2018, da Comissão de Participação Popular, 11.081/2018, do deputado Fábio Cherem, e 11.122, 11.124 e 11.125/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/6/2018**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 10.993/2018, da Comissão de Administração Pública, e 11.046/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/6/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 11.080/2018, do deputado Douglas Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/6/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/6/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.558, 10.559 e 10.560/2018, da Comissão de Participação Popular; 10.641/2018, do deputado Gil Pereira; e 11.004 e 11.005/2018, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2018, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2018.

Cristiano Silveira, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/6/2018, às 9 horas, em Formiga, com a finalidade de, em audiência pública, debater a instabilidade da pesca profissional em todo o País, especialmente em Minas Gerais, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2018.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.860/2017****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado André Quintão, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação da Comunidade Cearense de Governador Valadares, com sede no Município de Governador Valadares.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.860/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação da Comunidade Cearense de Governador Valadares, com sede no Município de Governador Valadares, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo congregar os associados, promovendo a cooperação e a solidariedade mútua.

Com esse propósito, a instituição estimula políticas que visem assegurar o preparo e o aperfeiçoamento técnico-profissional; além de colaborar para o atendimento às necessidades básicas de seus associados.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação da Comunidade Cearense de Governador Valadares, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.860/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2018.

Geisa Teixeira, relatora.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.877/2017****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 4.877/2017, de autoria do governador do Estado, que cria o Fundo Estadual de Defesa Agropecuária – Fundeagro, foi aprovado no 2º turno, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### PROJETO DE LEI Nº 4.877/2017

Cria o Fundo Estadual de Defesa Agropecuária – Fundeagro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criado, na estrutura organizacional do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, o Fundo Estadual de Defesa Agropecuária – Fundeagro –, com a finalidade de estimular e ampliar as ações de defesa agropecuária em Minas Gerais, bem como garantir os recursos necessários à execução das atividades do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006.

§ 1º – O Fundeagro terá natureza e individualização contábeis e seus recursos serão aplicados nas ações de defesa agropecuária estadual, não reembolsável.

§ 2º – O IMA será o gestor, o executor e o agente financeiro do Fundeagro.

Art. 2º – São recursos do Fundeagro:

- I – os orçamentários a ele destinados;
- II – os de transferência de fundos federais e estaduais, inclusive os orçamentários da União;
- III – os resultantes de suas aplicações financeiras;
- IV – os resultantes da alienação de bens patrimoniais do IMA;
- V – os provenientes de doações, contribuições ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
- VI – os externos, oriundos de contratos com organismos internacionais;
- VII – os arrecadados em decorrência da aplicação das multas oriundas de infração à legislação estadual de defesa agropecuária, aplicadas pelo órgão competente;
- VIII – a arrecadação das taxas e serviços vinculados às atividades institucionais do IMA, previstas em legislação específica.

Art. 3º – O Fundeagro tem como objetivo dar suporte financeiro:

- I – à execução de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Defesa Agropecuária;
- II – à participação do Estado em programas de defesa agropecuária;
- III – à execução de programas e projetos destinados a promover a melhoria das ações de defesa agropecuária, inclusive a aqueles de caráter emergencial.

Art. 4º – Os recursos do Fundeagro serão aplicados nos seguintes programas e projetos de defesa agropecuária:

- I – custeio de atividades executadas pelo IMA;
- II – combate a doenças e a pragas que atacam os animais e as plantas;
- III – ações de emergência sanitária animal e vegetal;
- IV – inspeção industrial e sanitária e na classificação dos produtos de origem animal e vegetal e suas matérias primas;
- V – fiscalização de estabelecimentos ou locais de interesse para a agricultura e a pecuária;
- VI – desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação de defesa agropecuária;
- VII – aquisição de material e equipamentos, tanto permanente como de consumo ou de transformação;

VIII – manutenção e recuperação de equipamentos de interesse para a defesa agropecuária;

IX – construção, aquisição ou reforma de imóveis e instalações destinados à realização de atividades de defesa agropecuária;

X – indenização a produtores rurais no caso de sacrifícios sanitários de programas especiais sob a execução do IMA;

XI – contratação de técnicos nacionais e estrangeiros, bem como de pessoal assalariado para execução de trabalhos não especializados, regendo-se pela legislação aplicável à espécie;

XII – realização de cursos de treinamento e aperfeiçoamento para servidores que desempenhem atividades de defesa agropecuária em órgãos estaduais;

XIII – elaboração de material instrucional de caráter técnico-científico ou divulgação nos meios agropecuários;

XIV – concessão de prêmios a técnicos que mais se distinguirem;

XV – pagamento de despesas com a movimentação de pessoal e de serviços extraordinários;

XVI – representação em reuniões, congressos, conferências e missões de estudo, tanto no país como no exterior;

XVII – realização e ampliação de pesquisas, investigações e trabalhos experimentais e científicos em todos os setores de atividade dos estabelecimentos agropecuários;

XVIII – implantação dos resultados das pesquisas em trabalhos de defesa agropecuária;

XIX – realização de despesas gerais com outras atividades que facultem a atuação do IMA na execução dos seus programas de trabalho.

§ 1º – A indenização a produtores rurais a que se refere o inciso X será definida em portaria do IMA, específica para cada programa, desde que aprovada pelo Conselho de Administração do Fundeagro.

§ 2º – Para o cumprimento do § 1º deste artigo, fica contingenciado o percentual mínimo de vinte por cento dos recursos do Fundeagro, a título de reserva para indenizações sanitárias.

Art. 5º – O grupo coordenador do Fundeagro será composto pelos seguintes membros:

I – Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que será seu Presidente;

II – Diretor-Geral do IMA, que será seu Secretário-Executivo;

III – Secretário de Estado de Fazenda;

IV – Secretário de Estado de Planejamento e Gestão;

V – um membro do Cedagro, eleito pelo plenário.

§ 1º – Serão indicados membros suplentes para cada conselheiro titular.

§ 2º – As atividades dos membros do grupo coordenador são consideradas de relevante interesse público, não lhes cabendo remuneração.

Art. 6º – Compete ao grupo coordenador do Fundeagro:

I – acompanhar a execução orçamentária e financeira do fundo;

II – manifestar sobre assuntos submetidos pelos demais administradores do fundo;

III – aprovar programas de indenização sanitária propostos pelo agente executor;

IV – analisar a prestação de contas e demonstrativos financeiros do fundo, sem prejuízo do exame pelo Tribunal de Contas do Estado – TCEMG;

V – apresentar aos demais administradores do fundo as propostas para:

a) a elaboração da política geral de aplicação dos recursos do fundo;

b) a readequação ou a extinção do fundo.

Art. 7º – Os demonstrativos financeiros do Fundeagro obedecerão às normas gerais e específicas do TCEMG.

Parágrafo único – O IMA se obriga a apresentar relatórios específicos na forma solicitada pelo grupo coordenador.

Art. 8º – Compete ao IMA, como agente executor:

I – ordenar as despesas necessárias ao desenvolvimento de suas atribuições e, nessa condição, responder pela movimentação dos recursos do fundo e pela correspondente prestação de contas;

II – incluir os recursos de qualquer fonte no orçamento do fundo, antes de sua aplicação;

III – organizar o cronograma financeiro de receita e despesa, bem como o acompanhamento da sua execução e a aplicação das disponibilidades de caixa;

IV – analisar a viabilidade técnica e econômica, bem como a decisão sobre a aplicação dos recursos do fundo, nos programas e ações aprovados pelo Cedagro;

V – sugerir adaptações aos programas e às ações em tramitação no Cedagro, de modo a adequá-los às normas e condições de financiamentos e à disponibilidade de recursos do fundo;

VI – elaborar os projetos de indenização sanitária a serem submetidos ao grupo coordenador.

Art. 9º – O superávit financeiro do Fundeagro, apurado ao término de cada exercício fiscal, será mantido em seu patrimônio, ficando autorizada a sua utilização nos exercícios seguintes.

Art. 10 – Cabe à Secretaria-Executiva do Fundeagro:

I – cumprir as determinações do grupo coordenador;

II – assessorar o grupo coordenador no exame e encaminhamento das questões técnicas, financeiras e administrativas que lhe sejam submetidas;

III – elaborar o programa de trabalho a ser realizado em cada exercício, à conta dos recursos do Fundeagro;

IV – aprovar projetos e atividades integrantes do programa de trabalho do Fundeagro;

V – expedir os atos administrativos necessários ao funcionamento do Fundeagro.

Art. 11 – Na hipótese de extinção do Fundeagro, seu patrimônio reverterá ao Tesouro Estadual.

Art. 12 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2018.

Leonídio Bouças, presidente e relator – Bonifácio Mourão – Sargento Rodrigues – Durval Ângelo.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.064/2018**

### **Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

#### **Relatório**

De autoria do Deputado Douglas Melo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Bela Vista Futebol Clube, com sede no Município de Sete Lagoas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Bela Vista Futebol Clube, com sede no Município de Sete Lagoas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção do acesso à prática esportiva.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover atividades esportivas e sociais por meio da prática de variadas modalidades esportivas, notadamente o futebol profissional.

Julgamos pertinente e salutar o trabalho desenvolvido pelo Bela Vista Futebol Clube para a democratização do acesso ao esporte no município. Dessa forma, estamos de acordo com a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.064/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2018.

Carlos Henrique, relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.112/2018**

#### **Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural de Comunicação Comunitária de Pouso Alegre – ACPA –, com sede no Município de Pouso Alegre, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou o projeto preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 5.112/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Cultural de Comunicação Comunitária de Pouso Alegre – ACPA –, com sede no Município de Pouso Alegre.

A associação em apreço é uma entidade civil, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, que tem por objetivo atuar em prol da democratização dos meios de comunicação em geral e na radiodifusão comunitária, sendo ela mantenedora da Rádio Cidadã, que veicula sua programação na cidade de Pouso Alegre. A associação tem, entre suas finalidades sociais, realizar serviços de utilidade, contribuir para o aperfeiçoamento profissional de jornalistas e radialistas e promover atividades educacionais e de formação em geral.



Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça constatou que a documentação que instrui o processo denota inteiro atendimento às exigências formais para qualificar a Associação Cultural de Comunicação Comunitária de Pouso Alegre como de utilidade pública.

Já sob o prisma do mérito, vislumbramos que a citada associação desenvolve relevantes serviços à sociedade, pelo que consideramos meritória a iniciativa de se lhe outorgar o título de utilidade pública de âmbito estadual.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.112/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2018.

Anselmo José Domingos, relator.



## PRONUNCIAMENTOS

### DISCURSOS PROFERIDOS NA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/6/2018

O deputado Carlos Pimenta\* – Excelentíssimo presidente, meu amigo Dalmo Ribeiro Silva; senhoras e senhores deputados aqui presentes; imprensa; eu quero, rapidamente, tecer alguns comentários a respeito de uma ação que o governo de Minas está empreendendo em nossa BR-135, que liga Belo Horizonte a Montes Claros – até o trevo de Brasília é a BR-040, e do trevo até Montes Claros é a BR-135. Fomos surpreendidos com a notícia de que, na terça-feira passada, a Secretaria de Transportes, o DEER, abriu a concessão de 363km dessa rodovia para ser privatizada. Entendo que a privatização é um caminho que, inevitavelmente, todos os governos, seja estadual, seja federal, devem apresentar, diante da incapacidade que hoje o governo tem de manter essas BRs numa situação razoável para o transporte.

A BR-135, há seis ou sete anos, estava absolutamente intransitável. Era uma bucaqueira daqui até Montes Claros. Uma estrada que causou muitas mortes, uma estrada que trouxe muito transtorno para os motoristas, para as pessoas que transitavam por ela. Naquela ocasião, esta Casa, sob a nossa liderança, a liderança do então deputado Doutor Viana, que é oriundo da cidade de Corinto ou de Curvelo, daquela região, iniciou um movimento para a restauração e a recuperação da BR-135. Tivemos, inclusive, algumas ações de interromper essa BR próximo à cidade de Buenópolis. Nós levamos um caminhão de som, um trio elétrico, e interrompemos essa BR, com a aquiescência e o conhecimento da Polícia Rodoviária Federal. Ali foi realizada uma missa em cima do trio elétrico, e, por mais de duas horas, a rodovia esteve interrompida ao trânsito.

Fizemos também outra ação, na cidade de Montes Claros, chamando a atenção para a necessidade de se fazer esse movimento para restaurar a BR-135. Enfim, o movimento foi tomando corpo, foi crescendo, com adesões, e tivemos a sorte de a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros ofertar, graciosamente, o projeto de restauração ao Ministério dos Transportes, ao Dnit. Um projeto que foi orçado e pago pela Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros, no valor superior a R\$1.000.000,00. Esse projeto transitou no Ministério dos Transportes, até que, seis meses após, tivemos a felicidade de ele ser incluído no orçamento do ministério para o ano seguinte, salvo engano em 2010, 2011. Esse projeto foi executado, e a BR foi totalmente restaurada, oferecendo uma rodovia segura, com segunda pista; uma rodovia que evitou, seguramente, dezenas de mortes. Posteriormente, a 040 foi duplicada até o trevão, e foram implantados dois postos de pedágio – um posto em Sete Lagoas e outro posto mais à frente.

Muito bem. Passados seis anos, a rodovia teve o desgaste natural e, agora, o governo do Estado apresenta um projeto de privatização dessa segunda etapa de 360km, do trevão até Montes Claros. Entendo que uma privatização dessa natureza tem de passar por alguns processos.

A imprensa desta semana mostra que a privatização da estrada já foi aberta. Foi proposta a licitação, que já ocorreu, e serão abertos, até Montes Claros, alguns postos de pedágio. Inclusive, já temos até o valor de R\$6,16, que serão cobrados nos seis postos de pedágio até Montes Claros.

Neste momento, quero externar a minha insatisfação sobre a forma como isso foi proposto, pois não tivemos, sequer, a oportunidade de fazer um debate. Alguns meses atrás propus o debate pela Comissão de Transporte da Assembleia de Minas, na cidade de Montes Claros, para que a comunidade e as empresas de transporte, pelo menos, pudessem saber como seria a privatização desses 360km. Estão aí o deputado Bosco, o deputado Cássio e o deputado Fabiano Tolentino, que são da região da MG-050. Essa MG-050 é uma novela sem fim. Já se vão mais de 10 anos desde que foi assinado o protocolo de intenções, e nós temos postos de pedágio nessa MG-050 em locais que não têm duplicação.

Então, as coisas aqui acontecem desse jeito. Dizem: “Vamos privatizar”. Está bom, vamos privatizar. “Vamos abrir a licitação”. Abre-se a licitação. Uma empresa apresenta a melhor proposta, o melhor preço, ganha a licitação e depois passa o tempo, cinco anos se vão, e a obra na MG-050 não termina nunca, e a população paga os pedágios três vezes superior ao pedágio da Fernão Dias, que é R\$2,10. E lá, na Nascentes das Gerais, que é a empresa que ganhou a licitação na MG-050, depois de 10, 12 anos, com o povo pagando pedágio, e a rodovia não sai no papel. Eles duplicam ali 10km em um ano, fazem uma passarela, fazem uma ponte, ameaçam romper o convênio com o Estado, com a União, e o convênio nunca chega ao fim.

É isso que vai acontecer com a BR-135. Já temos empresa vencedora, que é a Eco 135 – tem até um nome bonito, não é mesmo? A empresa Eco 135 ganhou a licitação. Já temos o preço, já vão iniciar as obras lá, mas sabem quais são as primeiras obras que a Eco 135 vai fazer na BR-135? Os postos de pedágio. O governo federal gastou o dinheiro do povo brasileiro e o dinheiro do povo mineiro. Estamos lá. Brigamos, interrompemos, restauramos. Uma obra orçada em R\$1.500.000.000,00 e, agora, a Eco 135 vai iniciar o trabalho, vai iniciar as obras, começando pelos postos de pedágio.

É bonito o acordo que se faz: entramos com o pescoço e eles entram com a corda para nos enforcar. No Brasil tudo acontece desse jeito.

Quero fazer uma solicitação ao governo de Minas, ao Exmo. Sr. governador Fernando Pimentel para que não deixe isso acontecer. Queremos a privatização dentro de um limite razoável, queremos que todos os contratos sejam cumpridos pelas empresas, queremos uma tarifa de pedágio compatível com a distância de um posto a outro, com o perfil socioeconômico do povo do Norte de Minas. Se ficar dessa forma, para ir de Belo Horizonte a Montes Claros o cidadão vai pagar R\$42,00 de pedágio numa estrada que foi reformada com dinheiro público. A licitação foi feita sem uma discussão maior, sem uma audiência pública para trazeremos o povo aqui para tomar conhecimento, sem que ninguém participasse dessas decisões. Nem mesmo sabemos em quais condições a Eco 135... Essa empresa tem um nome até muito bonito, ecológico, mas ganhou a licitação às escondidas, porque ninguém soube como aconteceu. Não estou colocando em dúvida a idoneidade da empresa, estou afirmando que não concordamos com a forma como foi feita a licitação da BR-135 – eu não concordo. Vamos procurar, meu amigo João Leite, saber por que não foi feita uma audiência pública e a forma como isso aconteceu. Se não tivermos as explicações necessárias e suficientes, iremos à Justiça para impedir que essa empresa venha a iniciar o processo de privatização por meio da construção dos postos de pedágio. Entendo que o povo de Montes Claros, do Norte de Minas, das cidades que estão às margens da BR-135 – Montes Claros, Bocaiuva, Buenópolis, Corinto, Curvelo – precisa de uma explicação, e a queremos.

A privatização é uma realidade hoje, ninguém pode negar. É uma necessidade, porque o governo está absolutamente impotente em manter as nossas rodovias – as nossas BRs se deterioraram ao longo do tempo. Gostaríamos que essas privatizações acontecessem, pelo menos, às claras, com uma discussão maior, com respeito ao nosso povo. Porque não custou R\$0,01 dessa Eco 135, custou o trabalho desta Casa, já que tivemos o cuidado de encabeçar esse movimento pela restauração da BR-135 seis, sete anos

atrás. Agora ela será privatizada, será entregue à iniciativa privada sem se colocar um metro de asfalto, sem se recuperar um metro de asfalto. Ela vai iniciar as obras pela construção dos postos de pedágio.

Esse é o Brasil em que estamos vivendo, o Brasil que não tem a transparência necessária. Um Brasil que não se comunica, que não conversa com seu povo. Um Brasil, meu caro Dalmo, em que os governantes olham o povo de cima e não têm sequer a dignidade, a responsabilidade e o cuidado de ir a Buenópolis, a Bocaiuva, a Montes Claros, a várias outras cidades e falar: vamos privatizar, mas queremos ouvir o povo, o povo tem de opinar. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia. Concedo aparte ao deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* – Deputado Sargento Rodrigues, muito obrigado pelo aparte. Eu quero, na verdade, tratar de um assunto que V. Exa. tratou ontem aqui. Nós, do PSDB, somos a favor do que é legal. Tudo que é legal e bom para o Estado deve ser feito. O governo do Estado está procurando fazer uma operação entre duas empresas do Estado, a MGI e a Codemig, lançando debêntures da MGI, e com a Codemig, buscando um empréstimo a juros muito mais altos do que os de mercado em um banco internacional, para usar o dinheiro para pagamento dessas debêntures, e esse dinheiro vai chegar ao caixa do Estado.

O governador já soltou uma nota, não sei se respondendo ao Tribunal de Contas ou ao Tribunal de Justiça, quando do mandado de segurança que impetrou no domingo, deixando claro, com a assinatura dele inclusive – vou disponibilizar no meu Facebook esse documento –, dizendo que esse dinheiro arrecadado será usado integralmente para despesa de capital. Aqui ele diz: (– Lê:–) “Por fim, esclarece-se que a cessão onerosa em destaque, respaldada legalmente, constitui-se em importante política fiscal e alternativa de mitigação de crise financeira enfrentada não só por Minas Gerais, mas, como notório, pela totalidade dos entes políticos da Federação, sendo certo que os recursos financeiros decorrentes da cessão onerosa de direitos creditórios serão, em sua integralidade, no que se refere ao Estado, utilizados para despesas de capital, nos termos do documento anexo”. Assinado pelo governador do Estado no dia 8/6/2018. Cerca de 12 dias atrás.

Senhores servidores do Estado de Minas Gerais, esse dinheiro não pode ser utilizado para pagamento com despesa de pessoal. O governador, Sr. Fernando Pimental, junto com seu líder na Assembleia, não podem fazer isso. Estão mentindo aqueles que estão dizendo que esses R\$2.000.000.000,00 dessa operação ilegal e fraudulenta podem ser utilizados para pagamento dos servidores. Não podem. Este governo já está há dois anos e meio atrasando salários e já aumentou impostos, como se fosse essa a solução dos problemas. Aqui temos alguns deputados e deputadas que votaram favoravelmente à majoração de impostos, enganados por um governador que disse que isso resolveria o problema do pagamento dos servidores. Não resolveu. Aqui temos alguns deputados e deputadas que votaram favoravelmente ao sequestro do dinheiro dos depósitos judiciais, como se esse dinheiro, R\$5.000.000.000,00, fosse utilizado para colocar em dia a conta do pagamento dos servidores do Estado, e não resolveu. E agora estão vindo com mais essa balela.

Senhores servidores, este é um governo que não se preocupa com vocês e que está usando do oportunismo, do desespero de vocês para produzir uma operação 100% fraudulenta. Que fique bem claro que, se essa operação for adiante, conforme determinação do desembargador Kildare Carvalho, o banco que fizer a transação com a Codemig com certeza terá de responder por isso num futuro próximo. O banco que resolver participar dessa operação fraudulenta, a juros muito maiores do que os praticados pelo mercado, terá de responder, num futuro muito próximo, talvez já no primeiro semestre do próximo ano, por essa operação na Justiça.

Senhores servidores, a estrutura, o preparo, o estudo que vocês têm, tenho certeza, tudo isso vai ajudá-los a entender que despesa de capital não é despesa com pessoal. Esse dinheiro não pode ser utilizado para pagamento de despesa com pessoal. Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Agradeço, deputado Gustavo Valadares. Ainda contando com sua presença em Plenário, faço a leitura do art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal para complementar a fala de V. Exa. e não permitir que os servidores continuem sendo enganados por este governo que tem feito uma lambança na administração pública. (– Lê:) “Da preservação do patrimônio público. Art. 44 – É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.” Tradução: despesa corrente quer dizer pagamento de servidores públicos. Continua: “Salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social geral e próprio dos servidores públicos”. Por exemplo, o calote que está sendo dado no IPSM, de R\$3.000.000.000,00, e no Ipsemg poderia, mas, aí, ele não faz.

Quero, ainda, deputados Gustavo Valadares e João Leite, apenas para contribuir, dizer que os servidores têm sido insistentemente enganados, inclusive com as falas de líderes do governo aqui na Casa, que mentem de forma deslavada, tentando, no mínimo, criar uma dúvida. O que o governo fez? Lá, no início, disse que havia herdado um déficit de R\$7.000.000.000,00 dos tucanos e que tinham de corrigir a situação. Na mão grande, cometeram apropriação indébita no valor de R\$5.000.000.000,00 dos depósitos judiciais de particulares. De particulares! Foram R\$5.000.000.000,00 de apropriação, com esse discurso. Em seguida, disse que precisava aumentar os impostos para arrecadar mais, e veio, então, o aumento de impostos. Passou de 12% para 18%, ou seja, houve um aumento de 50% da alíquota do ICMS de mais de 180 produtos, entre eles material escolar, material de construção e remédios. Logo depois, aumentou a alíquota de ICMS da energia elétrica de 18% para 25%, portanto, um aumento de mais de 30%. Em seguida, com o mesmo discurso, aumentou a alíquota da gasolina e do álcool. Depois disse que precisava fazer o fundo imobiliário, que isso solucionaria o problema e faria o pagamento em dia. Aprovou-se o projeto, e não resolveram o problema. Depois vieram com a história de que precisavam aprovar o Refis, que é o refinanciamento das empresas, num acordo, fazendo uma dedução, pagando X valor.

O cidadão devia R\$50.000.000,00, foi lá e pagou R\$5.000.000,00 ao Estado; resolveu? Também não resolveu o problema de caixa. O discurso era para pagar o servidor em dia. Agora vêm com outra lorota, com outra mentira, dizendo que vão fazer uma transação, apresentada aqui pelo deputado Gustavo Valadares, dos chamados debêntures entre a MGI e a Codemig. Mas na verdade, isso é um empréstimo disfarçado. E líderes da base do governo tentam enganar os servidores públicos dizendo que é para pagar salário em dia. Isso é mais outra covardia, mais outra maldade, mais outra irresponsabilidade do governo de Fernando Pimentel, do PT. Pasmem, senhoras e senhores, há greve na área de educação pipocando no Estado inteiro. Para tudo quanto é lado há greve de professores. A segurança é um desastre. É um desastre, e agora vemos essa enganação.

Queria aproveitar esses poucos minutos que me restam na tribuna para me dirigir a você, servidor público, a você, senhora e senhor, servidor público civil e militar, para dizer: não caiam no conto do vigário do governador Fernando Pimentel, que é um moleque irresponsável para com administração pública. Com essa nota lida pelo deputado Gustavo Valadares ficou claro que o empréstimo disfarçado entre a MGI e a Codemig é para pagamento de despesa de capital, ou seja, não pode ser gasto com despesa corrente. Tradução: não pode ser utilizado para pagamento de servidores públicos. É obvio, é lógico. Imaginem se o governo vai tomar dinheiro emprestado para pagar servidor público? Não pode. A lei não permite isso. Qual lei, deputado? O art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, não seja enganado. Quando você vir um deputado da base do governo – principalmente os deputados do PT – falar isso através de áudio, de vídeo, ria da cara dele. Mande-o consultar a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Diga a ele que você não é bobo, que você não vai ser enganado mais uma vez, porque esse governo vem enganando os servidores há três anos e meio. Não há reposição das perdas inflacionárias previstas no art. 37, inciso X, da Constituição da República, há quatro anos. Ou seja, é assegurada a revisão geral anual. Mas ele não fez. Está ocorrendo parcelamento de salários há dois anos e meio, senhoras e senhores.

Agora, pasmem, senhoras e senhores, eles parcelaram a primeira parcela. Qual é o pai de família, qual é o trabalhador que consegue conviver com essa instabilidade? O governo fala: “Vou pagar a primeira parcela no dia 13”. Mas tinha de ser logo 13, com

tanto dia melhor? Por que não foi 14? Por que não foi 15? Mas dia 13? O que o governador Fernando Pimentel fez no dia 13? Deu calote na primeira parcela. Pagou a metade. Ontem, dia 19 de junho, os servidores esperavam o restante da primeira parcela, que eram os outros R\$1.500,00. Mas depositaram R\$500,00. Isso é covardia, gente. Covardia, não há outro nome. E por que covardia? O cidadão é pai de família, ela é mãe de família, ela tem conta para pagar, conta de água, conta de luz, tem a compra do mês, tem o cartão de crédito, tem o material escolar, tem a escola dos filhos ou a faculdade. E o governo simplesmente não está nem aí.

Por que o servidor público não começa a questionar? Nós fazemos isso aqui direto. Pergunte ao governador por que não cortou ou não corta as seis secretarias que ele criou. Governador, por que o senhor não corta os milhares de cargos comissionados que há no governo? Deveria começar a fazer economia, dar exemplo para o servidor e dizer: “Estou fazendo o dever de casa”. Mas não, porque, para fazer isso, terá de mandar a companheirada embora. Por exemplo, Nilmário Miranda é secretário de Direitos Humanos; Biel Rocha, de Juiz de Fora, que, aliás, é ex-deputado desta Casa, é também secretário, e assim por diante. Põe gente lá em cima e incha toda a secretaria.

Como bem lembrado pela Mônica, há também as colônias. Abandonaram os familiares das colônias de hanseníase. Prejudicaram, tiveram a coragem de expulsar uma mãe de família da sua própria casa; puseram-na na rua. Se não fôssemos nós, da oposição, eu e o deputado João Leite, na Comissão de Segurança Pública, para recebermos e ouvirmos... Na Comissão de Direitos Humanos, não deixaram, não. Na Comissão de Direitos Humanos, onde há três deputados do PT, não pôde ser realizada uma audiência pública. Por quê? Por que os servidores, a Mônica e os familiares iriam até lá para fazer cobrança. Então, não deixaram a audiência acontecer.

A segurança é só para o governador. Como bem lembrado pela senhora, a colônia está abandonada. As senhoras denunciaram a violência contra filhos, crianças e jovens, o molestamento sexual de moças e o tráfico de drogas nas colônias. Aí, quando a direção da Asthemg foi denunciar, todos foram ameaçados pelos secretários do governador Fernando Pimentel. Ameaçados! Isso é que é governo?

Numa determinada data e no meio dessas audiências públicas, ouvi a Mônica me dizer: “Deputado, nós pensamos que, quando este governo entrasse, melhoraria para nós. Que saudade do governo anterior, que nos tratava com muito mais respeito e nos ouvia”. Ouvi isso da Mônica. Este governo está preocupado com a segurança. Ele está preocupado sabe com o quê? Em mandar um helicóptero buscar o seu filhinho depois de uma ressaca de *réveillon*, gastando apenas, num único deslocamento, quase R\$40.000,00 do seu dinheiro, do imposto que você paga todos os dias. É uma vergonha este governo! Agora, segurança é com ele, porque ele sai da Cidade Administrativa de helicóptero para ir até o Mangabeiras. Esse governador não tem coragem de andar pelas ruas da capital, aliás, nunca andou, nunca entrou num restaurante ou num *shopping center* de Belo Horizonte. Sabe por quê? Por medo de ser chamado de ladrão e de corrupto. Medo como ele sentiu quando foi a um *shopping center*...

Já encerrarei, presidente. No *shopping* Iguatemi, em São Paulo, que é frequentado só por gente que tem alto poder aquisitivo, um cidadão o filmou e o chamou de corrupto e de ladrão, disse que ele roubava em Minas Gerais para gastar em São Paulo.

Encerro, presidente, dizendo: servidores públicos, não acreditem na mentira. O governo não pode tomar empréstimo para pagar salário de servidor. Esse governador é mentiroso, irresponsável, moleque e lambão.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite – Sra. Presidente, deputada Rosângela Reis; deputados Arlen Santiago e Sargento Rodrigues; nossos queridos irmãos e irmãs das colônias de Minas Gerais, esse povo querido que faz parte da nossa história e que merece todo carinho, toda atenção. Eles estão aqui hoje para cobrar os seus direitos. Vocês têm aqui um carinho muito grande, especialmente do deputado Arlen Santiago, que abraça permanentemente essa causa. Como presidente da Comissão de Saúde, ele batalhou muito e também nos convocou para essa batalha em favor dessa população tradicional de Minas Gerais, que faz parte da nossa história, honra a nossa

história. É um povo lutador, determinado e de quem não abrimos mão. Vocês escreveram e ainda escrevem um capítulo importante da história de Minas Gerais e merecem desta Casa que os representa todo o respeito e carinho. Início assim a minha fala.

Tim Maia, você está aí? Bota som nessa caixa, por favor. (– Aproxima o celular do microfone.) Deputado Sargento Rodrigues, temos algo impensável na história de Minas Gerais. Juntaram o delegado-geral de polícia e o delegado colocado no gabinete do líder de governo na Assembleia e tramaram a derrubada da chefe da Polícia Civil – da nossa Polícia Civil, companheiros investigadores aqui presentes! Eu me lembro do Waldemar Leite da Silva. É impensável algo assim na gloriosa Polícia Civil de Minas Gerais! É uma vergonha! Vieram aqui para o gabinete do líder de governo na Assembleia Legislativa e tramaram a derrubada da delegada Andrea Vacchiano, e o mais grave, a queda do Dr. Alexandre também, chefe do Departamento de Fraudes da Polícia Civil, porque têm de colocar alguém da política do PT ali. Imaginem, a Polícia Civil! Parte dela hoje serve ao PT, lembrando muito o tempo da KGB, da Gestapo. Nós temos uma polícia em Minas agora, cujos delegados foram escolhidos pelo PT. Reuniram-se aqui no gabinete do deputado do PT, que outro dia veio aqui dizer que eu e o deputado Sargento Rodrigues somos os cavaleiros do Apocalipse.

Ele falou que são dois: eu e ele. Tem mais, e esse é de guerra. São quatro cavaleiros do Apocalipse: da peste, da guerra, da morte e da fome. Fome que as crianças estão passando nas escolas de Minas, porque não há alimentação escolar, não há merenda. Fome que as nossas colônias passam. Fome! Esse é o cavaleiro do Apocalipse, que o PT trouxe para Minas Gerais. Guerra que estão montando, criando uma polícia para eles. A Polícia Civil é do Estado de Minas Gerais, e não de um partido político. Não é, e vimos aqui como se deu a troca da chefia da Polícia Civil de Minas Gerais. Já mudou sete vezes, mas continua o Sr. João Octacílio, que marcou uma reunião com o deputado Durval Ângelo, a mando de Odair Cunha, aqui, na Assembleia Legislativa, para derrubar a delegada-chefe da Polícia Civil de Minas Gerais e o chefe do Departamento de Fraudes.

Hoje está lá o Sr. Rodrigo Bossi, que outro dia invadiu a Prefeitura de Itajubá e a casa do prefeito. O filho dele de 12 anos desmaiou por causa das metralhadoras. Imaginem: policias com balaclava entrando na casa das pessoas! Isso aconteceu com o prefeito de Moema, que é presidente da AMM. Entraram na prefeitura. Minas Gerais agora tem uma polícia política, que persegue os adversários. É o cavaleiro da guerra. Esse povo não tem limite.

Está no Instituto de Criminalística, senhores investigadores, que nos serviram, com honra, durante tantos anos, em Minas Gerais e aguardam continuar servindo ao Estado, o Sr. Delegado Bossi, usando um falsário, o Sr. Nilton Monteiro, para sujar a vida das pessoas, para entrar com investigadores nas casas das pessoas, como fizeram na casa da minha tia, uma mulher de 83 anos, com câncer. Chega, PT! Nós não vamos aceitar isso. Nós não vamos aceitar, em Minas, uma polícia política. Nós temos delegados de Estado, investigadores de Estado. Nós não aceitamos isso.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Deputado João Leite, a denúncia que V. Exa. faz, da tribuna desta Casa, é gravíssima: grampo telefônico de conversa do vereador Wellington Magalhães, que chegou, inclusive, a ficar preso na Penitenciária Nelson Hungria, com o atual chefe da Polícia Civil. Se V. Exa. prestar um pouco mais de atenção a esse grampo – e a gente, que é do ramo, tem um olhar diferenciado para essas coisas –, perceberá o chefe da Polícia Civil falando que vai estar com o deputado Durval Ângelo, vai combinar com ele, porque tem assuntos para resolver e pode colocar gente dele em determinado lugar. Essas denúncias são gravíssimas. Esse cidadão está falando do Detran. Está falando do Detran, porque os policiais civis, honrados, que lá trabalham, não querem esse tipo de maracutaia. Os policiais civis, sejam investigadores, sejam inspetores, sejam delegados, sejam peritos que lá se encontram, não querem essas pessoas. Esse grampo traz uma denúncia gravíssima.

Por que, até hoje, o João Octacílio não caiu? Por que servia ao secretário da Casa Civil? Qual o motivo para o secretário da Casa Civil, Sr. Odair Cunha, deputado federal Odair Cunha, querer tanto essa proximidade e querer que João Octacílio Neto atendesse aos pedidos do vereador Wellington Magalhães? Pedidos da administração pública só podem ser da seguinte forma: lícitos e morais.

O deputado João Leite – Técnicos.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Ou técnicos. A delegada Andrea Vacchiano, uma delegada séria, honrada, não se curvou e por isso foi afastada do cargo.

Então, temos de fazer uma audiência pública na Comissão de Segurança Pública, à qual o assunto é afeto, para que possamos convocar o chefe da Polícia Civil a vir prestar esclarecimentos. Se tivéssemos um governador sério em vez de um corrupto sentado na cadeira de governador, esse moço já teria sido demitido. E sabem por que ainda não demitiram o Sr. João Octacílio Neto? Por causa do rolo que há entre ele, Odair Cunha e a máfia instalada no Detran. Essa máfia foi instalada no Detran de Minas Gerais pelas mãos de João Octacílio Neto e com as bençãos e a proteção do deputado federal Odair Cunha. É disso que temos que tratar, porque há coisas extremamente obscuras no Detran, do ponto de vista do zelo e do trato da coisa pública. Odair Cunha se safou indo para Brasília, mas João Octacílio Neto precisa dar explicações a esta Casa. Esse chefe de polícia não caiu, deputado João Leite, porque está sob a proteção de Odair Cunha. É uma vergonha um chefe da Polícia Civil ser gravado por um grampo e permanecer no cargo. Se permanece, é porque outras pessoas estão com o rabo preso, desculpando-me pelo termo chulo, com João Octacílio Neto. Então, temos de fazer uma audiência pública e ouvir a Dra. Andrea Vacchiano e outros delegados que são sérios e honrados e querem dar sua contribuição.

Parabéns a V. Exa., pela coragem e firmeza das palavras.

O deputado João Leite – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. É uma vergonha este governo do PT em Minas Gerais, com sua perseguição aos adversários, enquanto vemos uma imprensa calada, uma imprensa que não fala absolutamente nada do que está acontecendo no Estado e ainda dá espaço para que se diga que a oposição na Assembleia Legislativa está impedindo que os servidores recebam. Que vergonha! Que vergonha! É este governo que não paga aos servidores! Ontem, uma professora com quem me encontrei não parava de dizer: “Eu não aceito, não aceito, não aceito. Eu trabalho e dou aula. Eu não aceito”. Mas, quando viajamos pelo interior, vemos *outdoors* enormes, colocados por um deputado ou uma deputada, com dizeres assim: “Obrigado, governador, pelos R\$3.200.000,00 que o senhor me deu para fazer obras aqui. Isso paga tudo. Paga ao servidor público, à professora, ao médico, ao enfermeiro, ao assistente e aos nossos policiais”. Ele está dando dinheiro para que se faça o quê? Está é fazendo política barata.

Enquanto isso, acompanhamos uma greve no Hospital João XXIII e vemos as UPAs lotadas. É lamentável o que estamos vendo. No Hospital João XXIII, o ar-condicionado dos laboratórios não funciona, e estão perdendo tudo. A Funed não faz mais nem um comprimido em Minas Gerais. O Júlia Kubitschek, no Barreiro, está parado. Vários hospitais estão fechado, e 492 municípios estão enfrentando situações de alerta, com surtos de dengue, zika e chikungunya e o retorno da febre amarela.

Durval Ângelo, são quatro os cavaleiros. O primeiro, a peste, é o fim do cartão Aliança pela Vida, com que se tratava o usuário independente. O segundo, a guerra, é o domínio do PCC. Hoje, senhores policiais, estamos vendo o PCC dominando os nossos presídios, como o de Patrocínio – ele está totalmente dominado pelo PCC. Vemos também explosões de bancos e caixas eletrônicos, ônibus incendiados, estatísticas de violência maquiadas, fraudes do delegado Rodrigo Bossi, que continua no cargo – uma vergonha! Aliás, ele vai acompanhar as eleições deste ano. Que moral tem esse delegado?

Que moral tem um chefe da polícia que se reúne com os deputados do PT, num gabinete na Assembleia Legislativa, para decidir o que vai fazer? Isso é uma vergonha. Eu não paro mais. Eu vou atrás de tudo agora. Eu quero saber de tudo. Já peguei os vídeos da entrada da casa da minha tia, uma idosa de 83 anos. Agora eu quero tudo dessa polícia do PT, essa vergonha.

Já termino. O terceiro cavaleiro da fome está reinando em Minas Gerais. O desemprego e a morte rondam os nossos hospitais. As estatísticas de crescimento da morte de policiais e de agentes de segurança em Minas Gerais vêm aumentando. Chega, PT! O líder de governo tem de vir explicar essa resenha, essa reunião que aconteceu aqui, o delegado assessor que foi mandado embora pelo presidente da Assembleia armando esquema dentro da Assembleia Legislativa contra adversários. Chega, PT! Vamos até o fim agora.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Arlen Santiago\* – Senhores telespectadores, público presente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos sentindo realmente que o governo do seu Pimentel acabou, porque nem os deputados da base estão vindo aqui com mais frequência.

Queria começar falando para o pessoal da Asthemg e da colônia de hanseníase, para esses grandes amigos que conheci. No mês passado, estive na colônia de Ubá, onde fui muito bem recebido pela Adriana, pelo Adilson, pelo José Eduardo e por tantos outros amigos. (– Palmas.) A minha amiga e guerreira, a Mônica, ensinou-me a gostar de visitar esse pessoal e a enxergar o sofrimento deles. Inclusive, há um projeto caminhando nesta casa que tenta fazer um pouquinho de justiça para aquelas crianças que, há 70 anos, 60 anos, 50 anos, 40 anos foram arrancadas do convívio familiar, porque o pai ou a mãe tinha a doença hanseníase. Elas foram arrancadas e segregadas em colônias em Ubá, em Bambuí, em Três Corações, em Betim. E, agora, parece que o governo, que prometia tanto, que falava tanto, não está interessado em colocar os deputados da base aqui para votar os vetos do governador, para votar esse projeto tão importante para a vida de tantas pessoas que, praticamente nem tiveram vida, porque foram sequestradas, segregadas. Aí, hoje se tenta fazer uma reparação.

O Fernando Pimentel colocou um amigo na direção da Fhemig, um tal de Jorge Nahas, que tanto mal fez para a Fhemig, porque queria acabar com o Hospital João Paulo II, com o atendimento de urgência na área de pediatria, extinguiu a ortopedia do Galba Veloso, não queria colocar para funcionar a tomografia no Hospital Júlia Kubitschek, também não queria botar para funcionar a tomografia e vários outros aparelhos no Alberto Cavalcanti. Pasmem os senhores. No Carnaval deste ano, o Carlinhos, presidente da Asthemg, comunicou-me que um tomógrafo estava quebrado, não o consertaram e, durante o Carnaval, no maior pronto-socorro do Brasil, quebrou o outro aparelho, e a população ficou desassistida. E ainda a maior maternidade da nossa Belo Horizonte, no mês passado, fechou a sua UTI neonatal.

Além disso, o governador deu um jeito de fechar o hospital de Caratinga, e a população de lá, junto com o presidente da Assembleia, Adalclever Lopes, está tentando reorganizá-lo para poder funcionar. É assim que essas coisas estão funcionando. O governador deve mais de R\$5.000.000.000,00 na área da saúde, quase R\$4.000.000.000,00 na atenção básica. “Em Minas Gerais estão vacinando pouca gente.” É lógico, não vai mais recurso para atendimento na saúde.

Outro assunto que eu queria ressaltar é que, ontem, o governador foi entregar alguns ônibus, talvez de emendas federais, na cidade de Porteirinha, para a região toda. A minha mãe, assim como os professores, recebeu hoje a sua aposentadoria: R\$500,00 na sua conta. E vejam que ela trabalhou mais de 30 anos, e está aposentada há mais de 30 anos. Nunca antes na vida do Estado de Minas Gerais o pagamento dela foi depositado no dia 19 ou 20. São R\$500,00 da aposentadoria de uma pessoa, num Estado em que o governador mandou um projeto aqui para a Assembleia, e uma grande parte dos senhores deputados, ávidos pelas emendas de um carrinho aqui, de alguma coisinha ali, votaram para que toda a população pagasse o ICMS de 31% sobre a energia elétrica, e também pagasse 31% de ICMS da gasolina e do etanol. Então o governador aumentou os impostos.

Além disso, o governador fez uma operação realmente com apoio da sua base aqui, que tomou R\$5.000.000.000,00 da população, que está disputando alguma causa judicial. O dinheiro estava lá; ele pegou esse dinheiro.

Ontem o governador parece que ficou sabendo que os professores da região de Porteirinha se mobilizaram. E aqui quero parabenizar o grande professor e comunicador da Rádio Independente, de Porteirinha, Ataildo Costa, meu amigo, porque ele estava ajudando essa mobilização. E o que os professores queriam, deputado João Leite? Queriam sair de Pai Pedro, Serranópolis, Riacho dos Machados, Catuti, Monte Azul, Espinosa, Porteirinha, Janaúba e ir se encontrar com o governador, pacificamente. Conversar com o governador: “Governador, será que teremos alguma esperança? Será que o senhor vai olhar para os professores, para recebermos ao menos o nosso salário? Já que não vai mais verba para a escola, não vai merenda escolar, não há reforma de escola, não há quadra poliesportiva, ao menos o nosso salário...”



Quando o governador ficou sabendo da nossa entrevista na rádio, da mobilização que estava sendo feita, desistiu e não foi lá para ouvir as professoras. Então estamos vendo aí a propaganda enganosa do governo do Estado, que dizia que seria um governo que ia ouvir para governar, mas não quer ouvir o pessoal das colônias, não quer ouvir os policiais, que tiveram que adentrar o Palácio da Liberdade, para ver se o governador ouvia e falava: “Gente, vou dar um jeito de pagar vocês. Vou fechar o escritório do Idene que abri em Espinosa. Vou fechar o escritório do Idene que abri em Brasília de Minas. Vou mandar embora essa quantidade enorme de ex-prefeitos do PT que estão na Cemig, no Idene, na Copasa, em vários órgãos, para poder dar um jeito de ouvir e pagar em dia às aposentadas”.

O governador Pimentel fez a reforma da Previdência para os mais pobres sem mandar um projeto para cá. Qual foi o projeto da reforma da Previdência? Infelizmente é não pagar às professoras, não pagar aos policiais, não pagar aos agentes penitenciários, não dar posse para os concursados da saúde, não dar posse para os excedentes do concurso da Polícia Civil, de que estamos necessitando tanto.

Ontem mesmo estive aqui, e, em todo lugar a que vamos, o pessoal da polícia diz: “Arrume emenda para uma viatura, que os deputados federais estão arrumando; arrume emenda para melhorar o quartel”. E vamos tentando, só que o governador não paga as emendas.

E aí, o mesmo governo que não tem dinheiro para pagar as professoras fica contando lorota, mentira, dizendo que tem de pegar um empréstimo de R\$2.000.000.000,00 para pagar o salário. O Sabino está ali nos informando que só a folha de pagamento do Executivo corresponde a R\$3.300.000.000,00. Se pudesse pagar esse valor... Porque a lei é clara: o governador fará mais uma fraude se fizer essa operação, que não pode ser feita, para entregar o nióbio, as riquezas de Minas Gerais. Entregar para quem? Entregar para a privatização. Bom, depois de ver esse tanto de coisa ruim, vamos agora falar um pouco de coisa boa.

Acabei de receber do meu grande amigo, o prefeito de Pompéu, o convite para estar lá sábado, às 9 horas da manhã, quando ele vai inaugurar o asfalto de um bairro inteiro. Porém, os moradores dos outros bairros, que ainda não têm asfalto, agora estão falando: “Mas, e o meu bairro?” Sendo assim, o prefeito já está se preparando para asfaltar mais bairros. Então, sábado de manhã, entregaremos lá 12 veículos – ônibus e caminhão compactador de lixo. Foi um trabalho muito bem-feito.

Agradeço muito ao vereador Loizinho, que me levou para lá; e ao ex-vereador Ozéas, hoje prefeito. Ambos estão fazendo esse grande trabalho, mesmo com o governador pegando todos os recursos da saúde e também da educação.

Também na sexta-feira, logo depois do jogo do Brasil – tomara que tenhamos a vitória –, estaremos junto com o deputado Toninho Pinheiro e seu filho Pinheirinho lá na cidade de Manga, onde o prefeito Quinquinha entregará para a população um caminhão compactador de lixo, que vai melhorar a coleta de lixo e a vida da população. Entregará também um caminhãozinho três quartos para atender às associações comunitárias, para que realmente tenham a possibilidade de transporte, e uma *pick-up* para atender à Secretaria de Agricultura Familiar e às pessoas.

Em Itacarambi, no sábado, estaremos com a prefeita Nívea, com os nossos secretários, com o Serjão, com os nossos vereadores Buguinha, Fernando e todos os outros entregando também um ônibus e um caminhão compactador de lixo e preparando a perfuração de oito poços artesianos na zona rural, para atender à população da nossa querida Itacarambi.

Também estamos muito satisfeitos, porque acabou de ser empenhado no Ministério da Saúde uma verba de R\$490.000,00, recurso que poderá reformar o nosso hospital municipal de Salinas. O prefeito de Salinas é o Zé Prates, uma pessoa extremamente inteligente, competente, que vive 24 horas a prefeitura, e que, mesmo com todas essas dificuldades do governo federal e do governo estadual, tem feito uma grande administração. Ele já reformou a maternidade, que é extremamente humanizada. Lá as pessoas estão tendo ainda mais alegria neste momento feliz, que é o nascimento das crianças. Isso aconteceu por meio de uma verba que o deputado Toninho Pinheiro arrumou para a cidade de Salinas.

No início do ano entregamos uma emenda nossa para aquisição de uma ambulância. Conseguimos também algumas verbas para custeio dos nossos senadores, com alguns deputados federais amigos, inclusive o Toninho Pinheiro, e foram colocadas várias verbas para custeio, para compra de medicamentos. Conseguimos com o ministro Ricardo Barros, a quem agradecemos muito, o credenciamento da UPA, que era um grande repto do nosso prefeito Zé Prates, da secretária de Saúde, Marluce, e de toda a equipe da saúde e dos nossos vereadores. O ministro está enviando para a cidade de Salinas R\$2.100.000,00 por ano.

Só neste primeiro mandato do prefeito Zé Prates, serão R\$8.400.000,00 viabilizados pelo ministro Ricardo Barros, com o pedido do prefeito do Toninho Pinheiro.

Também queremos agradecer ao pessoal do Dnocs e ao deputado Toninho Pinheiro, que conseguiu o terreno do Dnocs para o prefeito implantar, com o governo do Estado, uma unidade do Corpo de Bombeiros. É uma grande conquista para essa cidade, que está à beira da Rodovia 251, onde há acidentes o tempo todo. Com esse terreno do Dnocs, a Prefeitura de Salinas, as outras prefeituras e a iniciativa privada estão construindo essa grande obra do Corpo de Bombeiros, essa grande conquista do prefeito Zé Prates, da câmara de vereadores e do povo de Salinas. Até foi empenhada hoje uma verba de R\$400.000,00 junto ao Dnocs – nós e o prefeito Zé Prates pedimos isso – para mandar para lá um caminhão basculante, a fim de ajudar nas estradas, e também um trator agrícola, que vai atender, na região de Nova Fátima, à vereadora Tazinha. Também já estão na cidade 24km de tubulação para atender ao vereador Ailton, na região de Nova Matrona. Acho que brevemente teremos a possibilidade de colocar, em Matrona, um veículo para atender à população na questão da saúde. São cidades de que gostamos muito, que tem um povo maravilhoso e que estão tendo algumas conquistas neste momento.

Agradecemos muito ao deputado Toninho Pinheiro e ao seu filho Pinheirinho, que tem nos ajudado muito na reivindicação dessas obras, que são inúmeras. Na semana que vem, o Toninho Pinheiro levará o Gilberto Occhi, ministro da Saúde, para inaugurar o novo acelerador linear no Hospital Dilson Godinho, em Montes Claros, e um novo serviço de oncologia da Santa Casa, provavelmente atendendo um pouco mais às prefeituras e aos hospitais, que realmente precisam muito dele.

Estamos vendo que essa operação da Codemig é enganosa, para vender, para privatizar, de uma maneira separada e diferenciada, tentando não fazer a coisa corretamente, com a votação e a privatização. Um empréstimo para bancos chineses alemães e ingleses ficarem com o nosso nióbio. Da mesma maneira, o governador pegou uma estrada federal, a BR-135, para privatizar.

Para concluir, na BR-135, o governador vai criar agora, antes de fazer qualquer obra, seis pedágios no valor de quase R\$40,00 – esse é o valor que será pago de pedágio por quem for de Belo Horizonte a Montes Claros ou ao Norte do Estado, região pobre de Minas. Esse é o presente que o governador dá ao Norte de Minas, porque o resto é só enganação e enrolação.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão\* – Sra. Presidenta, deputados, estudantes, familiares e integrantes das colônias de hanseníase de Minas Gerais, boa tarde.

Quero, neste início, dizer que o Projeto de Lei nº 4.828/2017, do deputado Antônio Jorge, o qual tem o apoio do deputado Durval Ângelo, deve ser analisado aqui.

Eu queria até discordar do deputado que me antecedeu. Existem causas e existem passivos do Brasil com determinados segmentos que não devem ser tratados sob a ótica partidária, e sim sob a ótica da Justiça. Esse projeto busca exatamente reparar isso. É um projeto de reparação, de atendimento de um segmento excluído. Tenho certeza de que, independentemente de partidos nesta Casa, esse projeto terá acolhimento e atenção, com os ajustes necessários. Quero, de antemão, falar que a aprovação desse projeto não é questão simplesmente de boa vontade ou má vontade de governo A, B ou C. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça, e tenho certeza de que assim que chegar a este Plenário, ele terá o apoio de vários partidos, porque é um projeto justo e que atende a um segmento muito importante, que precisa desse cuidado e da atenção do povo brasileiro. Portanto, já quero registrar o nosso apoio a essa iniciativa.

Quero, de maneira muito serena, tratar deste momento que Minas Gerais está vivendo. Tentarei fazê-lo da maneira mais cuidadosa, didática, pedagógica possível. Até porque acredito que eu tenha autoridade para fazer isso, porque fui nesta Assembleia, durante anos, líder da oposição, líder do PT quando fazia oposição aos governos Aécio, Anastasia e Alberto Pinto Coelho. Em situações onde o interesse maior do Estado estava colocado, nós sempre nos pautamos – e as votações estão aí para demonstrar – no conjunto da população mineira, e não na disputa pré-eleitoral. Vários projetos, inclusive pedidos de empréstimo do governador, não tiveram deste deputado ou da oposição nenhuma tentativa de obstrução geral, de inviabilização. Pelo contrário, a nossa atitude era de aperfeiçoar os projetos, criando condições para que eles não pudessem configurar ou trazer prejuízos financeiros ao Estado de Minas Gerais. Apresentávamos emendas, que nem sempre eram aprovadas, mas isso no limite. Não criávamos amarras nem obstáculos intransponíveis para a gestão do Estado de Minas Gerais.

Infelizmente, não é o que está acontecendo agora. Hoje, temos uma pauta da Assembleia com três projetos, no mínimo, que buscam um caminho, não diria solução, para a crise estrutural do déficit do Estado. Essa crise é mais profunda, ela tem a ver com a economia colonial de Minas Gerais, tem a ver com a estrutura tributária brasileira, ela tem a ver com a crise econômica agravada pelo governo golpista do presidente Temer. Ela tem a ver com a herança, com o legado de R\$8.000.000.000,00 herdados do governo anterior. Ela tem a ver com o passivo social, com o passivo salarial assumido pelo atual governo em relação a períodos anteriores.

Os próprios trabalhadores da educação ficaram 12 anos lutando pelo piso nacional do magistério, mas não o conseguiram. O primeiro gesto nesse sentido foi a assinatura de um acordo em 2015, que foi cumprido em 2015 e em 2016, e a partir de 2017, com as atualizações anuais, teve dificuldade de ser efetivado, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o governo ultrapassou o limite da LRF.

Essa crise tem a ver com as questões conjunturais do País. Recentemente, a greve dos caminhoneiros afetou a arrecadação e a economia brasileiras, o que aconteceu também aqui, em Minas Gerais.

Então, sabemos que a crise fiscal, a crise do Estado brasileiro é um fenômeno muito maior do que simplesmente a questão de aprovar um ou outro projeto aqui na Assembleia Legislativa. Porém, diante da situação de urgência e de busca de funcionamento dos serviços públicos, o governador Pimentel, seus secretários e sua base têm mostrado que, num momento de profunda crise, o mínimo que o Estado brasileiro pode e deve fazer é garantir os serviços básicos de segurança pública, de educação, de saúde e de assistência social. Então, as atenções, os arranjos são feitos buscando esse objetivo.

Temos um projeto de securitização que pode ser votado, e ele está na pauta. Isso poderia levantar recursos para o Estado. É a antecipação de um recurso que o Estado tem com pessoas que devem a ele. É um dinheiro que ele vai receber um dia e que vai ser antecipado. Temos uma linha de financiamento para pagamento de precatórios. O dinheiro que o Estado gasta do Tesouro para esse fim, com esse empréstimo, em condições adequadas, ele deixa de utilizar para pagar precatório e vai usá-lo em outra coisa; por exemplo, ele pode usá-lo no piso mineiro da assistência social, em outros segmentos da saúde ou para regularizar o pagamento dos servidores. Já aprovamos aqui a abertura do capital da Codemig. Agora se trata da cisão. O principal a Assembleia já fez.

Então, no mínimo, teríamos aqui três projetos que poderiam aliviar a situação financeira do Estado. Não há um acordo político para votar esses projetos. Aqui não se trata de o governo colocar ou não a sua base em Plenário. Se houver um acordo político para a votação desses projetos, tenho certeza de que haverá mobilização suficiente para aprová-los, até porque, aí entrando na nossa seara de deputadas e deputados, temos um conjunto de projetos para serem votados.

Hoje, por exemplo, há aqui um importante segmento que quer agilizar a tramitação de um projeto justo, voltado para as colônias de hanseníase, para os filhos, para os familiares. A obstrução de projetos do governo deixa na fila outros de interesse da sociedade mineira.

Temos uma proposta de emenda constitucional que garante o piso dos professores na Constituição. Deputados e deputadas, há inúmeros projetos para serem votados. Então, a ausência do acordo prejudica o conjunto do Legislativo. Para que vocês tenham

uma ideia, esses três projetos que estão na Mesa, aqui na Assembleia, poderiam estar aliviando a situação de caixa do governo de Minas. Não é a base ou o governo querendo simplesmente jogar a responsabilidade para a oposição. É um fato, uma questão objetiva. Se esses projetos já tivessem sido votados, o governo, hoje, provavelmente, não estaria com o parcelamento da forma como está, não estaria com um déficit na saúde do tamanho que está, não estaria com o atraso do piso mineiro da forma como está, porque contaria com a entrada de recurso extra para equilibrar as contas, pelo menos conjunturalmente.

Agora há a última tentativa de uma operação financeira envolvendo Codemig, MGI e o governo de Minas, que poderia alavancar R\$2.000.000.000,00 e que foi inviabilizada por uma oposição assumida. É importante que se reconheça aqui: a oposição faz o seu papel da forma como entende ser a melhor. Ela assumiu o papel de inviabilizar essa operação financeira ou de desestabilizar as condições para efetivá-la.

Então a reflexão que levanto aqui é que a oposição não tem obrigação de seguir o governo ou de votar tudo com o governo. Aí estaria acontecendo, talvez, uma coisa não usual. A oposição existe na democracia exatamente para apontar as ambições, as falhas, exercer seu papel, representar quem perdeu as eleições no voto majoritário. Agora, quando está em jogo o interesse superior do Estado, dos mineiros e das mineiras, o “quanto pior melhor” não pode valer. O “quanto pior melhor” não é melhor para os mais pobres, não é melhor para as pessoas que precisam dos serviços de saúde, não é melhor para quem precisa do salário pago em dia. Isso pode ser explorado eleitoralmente. Um eventual desgaste de um governante no poder pode ser melhor para seu concorrente. Aliás, nesse caso, quem está criando essa dificuldade é exatamente quem criou as condições do déficit. Quem está agora impedindo que o Estado supere a situação econômica de déficit é o responsável pelo déficit, é quem governou por 12 anos o Estado de Minas e deixou esse passivo – passivo social, passivo salarial, reajustes aprovados para o atual governo pagar – e deixou em situação de penúria as políticas sociais.

Aqui não vou fazer a mesma coisa ou entrar nesse joguete de transferência de responsabilidades, mas é nossa obrigação dizer que o governo de Minas está empenhado em buscar alternativas juridicamente corretas e que poderiam aliviar o caixa do Estado neste momento, e que infelizmente a oposição está obstruindo, seja o projeto, sejam as iniciativas jurídicas. Então queria fazer também esse esclarecimento. Muitos perguntam: “Por que a Assembleia não vota os projetos? Por que o governador não busca recurso extra?” A tentativa está ocorrendo, mas não há condição política para isso. A imprensa divulgou amplamente essa última ação, que gerou uma suspensão, por parte de um conselheiro do TCE, de uma operação financeira. E mesmo com a liminar ou a decisão da Justiça, isso gera uma situação de instabilidade e de insegurança para quem faz a operação financeira, infelizmente. Ninguém aqui pode se arvorar em apontar qual é o melhor caminho, como deve ser a base de governo ou como deve ser a oposição. Mas queria levantar esta reflexão: Quem ganha com isso? Vale a pena ganhar uma eleição e arrebentar mais ainda o Estado? Fazer isso em nome de ganhar, pois não acredito que ganhe... A população hoje não é boba mais. A população sabe quem quebrou o Estado. A população sabe quem tirou a presidenta Dilma. A população sabe quem colocou o presidente Temer. A população sabe quem é o responsável pelo caos no Brasil.

Mas com essa estratégia eleitoral antecipada, querem inviabilizar o governo. Mas ao inviabilizar ou tentar inviabilizar o governo, estão prejudicando os mais pobres, estão prejudicando os trabalhadores, estão prejudicando os servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Valeria mais a pena, neste momento, ficar cada um na sua quadra, cada um no seu espaço, de oposição ou de governo. Caberia um bom senso maior neste momento. Seria bom achar um caminho mínimo de consenso e criar condição de o trabalhador receber o salário, de a saúde receber o recurso, de a assistência receber o recurso.

Na eleição, que ganhasse quem tivesse melhor programa, proposta e credibilidade. Essa tática do “quanto pior melhor” é pior para o povo de Minas Gerais. Repito: digo isso porque fui líder da oposição e nunca utilizei uma estratégia de inviabilização só para ter ganho eleitoral para o meu partido ou para aspirar a um dia chegar, como chegamos, ao governo de Minas Gerais. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 21/6/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Raisia Lemos da Silva Mendes, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Ronára Maria Vieira de Paula, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Wilson Santos Resende, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### Pregão Eletrônico nº 33/2018

##### Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 63/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/7/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para disponibilização de serviço de transcrição de áudio para texto.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### Pregão Eletrônico nº 50/2018

##### Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 105/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 9/7/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a locação de equipamentos para execução de cópia e impressão digital em preto e branco, com manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de peças e insumos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.